

REGULAMENTOS APLICÁVEIS À ATIVIDADE DE EXPLORAÇÃO DE MASSAS MINERAIS

Lei nº 102/2009, de 10 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 103/2014, de 28 de janeiro: Regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho

Decreto-Lei nº 162/90, de 22 de maio, Regulamento Geral de Segurança e Higiene no Trabalho nas Minas e Pedreiras;

Portaria nº 457/83, de 19 de abril, que aprova a norma NP-2074(1983) sobre avaliação da influência em estruturas de vibrações provocadas por explosões ou situações similares.

Decreto-Lei nº 324/95, de 29 de novembro, que estabelece as prescrições mínimas de segurança e saúde no trabalho a aplicar nas indústrias extrativas por perfuração a céu aberto e subterrâneas;

Portaria nº 198/96, de 4 de junho, regulamenta as prescrições mínimas de segurança e de saúde nos locais e postos de trabalho das indústrias extrativas a céu aberto ou subterrâneas;

Decreto-Lei nº 347/93, de 1 de outubro, relativo às prescrições mínimas de segurança e saúde nos locais de trabalho;

Portaria nº 987/93, de 6 de outubro, relativa às normas técnicas de execução do Decreto-Lei nº 347/93, de 1 de outubro relativo às prescrições mínimas de segurança e saúde nos locais de trabalho;

Decreto-Lei nº 128/93, de 22 de abril, que estabelece as exigências técnicas essenciais de segurança a observar pelos equipamentos de proteção individual (EPI) com vista a preservar a saúde e a segurança dos seus utilizadores.

Portaria nº 1131/93, de 4 de novembro, publica, de acordo com o artigo 2º do Decreto-Lei nº 128/93, de 22 de abril, a regulamentação técnica relativa aos equipamentos de proteção individual (EPI).

Decreto-Lei nº 348/93, de 6 de outubro, relativo às prescrições mínimas de segurança e saúde dos trabalhadores na utilização de equipamentos de proteção individual (EPI)

Portaria nº 988/93, de 6 de outubro, publica a descrição técnica do equipamento de proteção individual (EPI), bem como das atividades e sectores de atividade para as quais aquele pode ser necessário, conforme prevê o Decreto-Lei nº 348/93, de 6 de outubro, no seu artigo 7º.

Decreto-Lei nº 330/93, de 25 de setembro, relativo às prescrições mínimas de segurança e de saúde na movimentação manual de cargas.

Decreto-Lei nº 141/95, de 14 de junho, relativo às prescrições mínimas para a sinalização de segurança e saúde no trabalho.

Portaria nº 1456-A/95, de 11 de dezembro, regulamente as prescrições mínimas de colocação e utilização da sinalização de segurança e de saúde no trabalho.

Decreto-Lei nº 50/2005, de 25 de fevereiro, relativo às prescrições mínimas de segurança e de saúde para a utilização pelos trabalhadores de equipamentos de trabalho;

Decreto-Lei nº 320/2001, de 12 de dezembro, diploma estabelece as regras a que deve obedecer a colocação no mercado e a entrada em serviço das máquinas e dos componentes de segurança colocados no mercado isoladamente;

Decreto-Lei n.º 214/95, de 18 de agosto, estabelece as condições de utilização e de comercialização de máquinas usadas, com vista a eliminar os riscos para a segurança e saúde das pessoas;

Portaria n.º 172/2000, de 23 de março, define de máquinas usadas que pela sua complexidade e características revistam especial perigosidade;

Decreto-Lei n.º 103/2008, de 24 de junho: Estabelece as regras a que deve obedecer a colocação no mercado e a entrada em serviço das máquinas bem como a colocação no mercado das quase-máquinas;

Decreto-Lei n.º 21/97, de 21 de janeiro. Executa a autorização legislativa constante da alínea d) do nº 8 do artigo 28.º da Lei n.º 10-B/96, de 23 de Março, relativa a provisões para recuperação paisagística de terrenos, alterando os artigos 33.º e 44.º do Código do IRC e adotando um novo artigo 36.º-A.

Portaria n.º 53/71, de 3 de fevereiro, regulamento que tem por objetivo a prevenção técnica dos riscos profissionais e a higiene nos estabelecimentos industriais anexos às pedreiras.

Decreto Legislativo Regional n.º 23/2010/A, de 30 de junho, retificado pela Declaração de Retificação n.º 26/2010, de 27 de agosto, que aprova o Regulamento Geral de Ruído e de Controlo da Poluição Sonora

Decreto-Lei n.º 376/84, de 20 de novembro, que publica o Regulamento sobre o Licenciamento dos Estabelecimentos de Fabrico e Armazenagem de Produtos Explosivos, o Regulamento sobre o Fabrico, Armazenagem, Comércio e Emprego de Produtos Explosivos e Regulamento sobre Fiscalização de Produtos Explosivos.

Decreto-Lei n.º 139/2002, de 17 de maio, que aprova o Regulamento de Segurança dos Estabelecimentos de Fabrico ou de Armazenagem de Produtos Explosivos, adiante designado de Regulamento, anexo ao presente diploma e que dele faz parte integrante.